

Governo Brasileiro

Restrições externas dificultam meta de crescimento de 6%

por Lázaro Evarir de Souza
de São Paulo

A maior restrição ao crescimento econômico brasileiro não está dentro, mas sim fora do País. As elevadas transferências de poupança que o governo brasileiro precisa fazer ao exterior, na forma de sucessivos superávits comerciais, para pagar juros do endividamento externo são a principal dificuldade a ser enfrentada pelo governo ao tentar cumprir a meta de crescer 6% ao ano até 1989, anunciada pelo presidente José Sarney. A constatação é de Raul Velloso, assessor técnico da Seplan, e foi feita ontem, em São Paulo, durante palestra sobre "As perspectivas da economia brasileira a partir do IV PND".

Velloso chegou inclusive a admitir, em entrevista à imprensa, que, neste período de "arrumação da casa", transferências de poupança interna da magnitude que vêm sendo feitas são "muito perigosas" para o País e que o governo precisa encontrar outra forma de "renegociar a dívida externa".

Paralelamente a um melhor equacionamento do endividamento externo, o assessor da Seplan disse que o governo "precisa usar todas as formas possíveis para ajustar a economia". Neste sentido, ele afirma que os gastos do governo e a estrutura tributária — não descarta inclusive a elevação de impostos — precisam ser revistos. Além disso, Velloso entende que todos os setores da economia precisam aumentar suas produtividades.

O assessor da Seplan acredita que ao Brasil não é difícil gerar superávits na balança comercial, como vem ocorrendo nos últimos dois anos, mas ressalta que isso só continuará ocorrendo se o cenário internacional se mantiver sem nenhuma crise. Ele lembrou que o setor de comércio externo sofre muita influência do que acontece com a economia mundial.

Nesse sentido, Velloso afirmou que as linhas gerais do IV PND precisam contemplar prioritariamente: "uma reforma tributária; cortes nos gastos do governo, principalmen-



Paul Singer

te porque ele é o maior devedor externo; renegociação da dívida externa; redução dos "spreads"; e medidas na área do saneamento das estatais". Tudo isso, segundo o assessor técnico da Seplan, contribuirá para a redução do déficit público e baixará as taxas de juros, abrindo espaço para o setor privado retomar os investimentos e, assim, assumir o posto de carro-chefe do crescimento econômico.

"RISCOS"

O professor Paul Singer, que também participou dos debates, concorda com a posição de Velloso e vê inclusive graves riscos para o processo de crescimento econômico brasileiro se não for dada ênfase à renegociação da dívida externa. "O governo brasileiro — diz Singer — precisa reconhecer que o problema não é unicamente nosso, que existem outros países que estão na mesma situação nossa." Singer acha até que o "superendividamento" brasileiro poderá "colocar dificuldades na caminhada democrática".

Outro participante dos debates, o professor Fernando Homem de Mello, afirmou que a agricultura não pode ficar fora do IV PND. "Para a economia brasileira crescer 6% ao ano", afirma ele, "a produção agrícola para consumo interno precisa crescer de 4 a 4,5%, a de exportação 5,5% e a de substitutos de importação (trigo, soja, etc.) 6%." Para que isso ocorra, ele fez uma série de sugestões que, segundo o assessor da Seplan, serão incorporadas ao texto final do IV PND.